

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

9 de dezembro de 2016|Número 031

BOLETIM INFORMATIVO



FETEC **GUT**
Centro Norte

Do golpe ao caos

Causas da crise institucional são claras. Grupos que tomaram poder não têm projeto de país; agora degladiam-se pela parte do leão no butim. Alternativa é articular bloco potente pelos direitos sociais

Antonio Martins

No momento em que se redige este texto, informam os noticiários, Michel Temer procura juntar cacos e encontrar uma saída “honrosa” para o conflito entre Renan Calheiros, presidente do Senado, e Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ambos trabalharam pela derrubada do governo eleito em 2014, mas agora entraram em conflito ácido. Mello quer afastar Renan da presidência do Senado. Para isso, brande entendimento jurídico que, se consolidado, viola direitos fundamentais e sepulta a presunção de inocência. Renan, contrariado, fez o macho: ao invés de contestar a decisão provisória do STF, decidiu ignorá-la, projetando o país no cúmulo da insegurança jurídica. Temer tenta um remendo, nas poucas horas que faltam para o final da sessão plenária do Supremo. Nada garante que será bem-sucedido.

Mas o barraco entre chefes de dois dos três poderes é apenas a parte mais visível de um conflito que se alastra entre os golpistas. O epicentro é o Executivo, por razões óbvias. Duas semanas depois de aceitar a renúncia do ministro Geddel Vieira Lima, um dos responsáveis pela articulação política do governo, Temer não sabe como substituí-lo. O posto foi oferecido ao PSDB, que reclamava mais espaço no governo. Os tucanos recusaram. Desejam participar do núcleo central do poder – mas usando luvas grossas e mãos de gato. Sugerem, gaiatos: *e se ficássemos com o ministério da Fazenda?*

É briga de banqueiros grandes – e globais. Armínio Fraga, o eterno escolhido do PSDB para o ministério da Fazenda, trabalha com George Soros. Teria atuado no planejamento de vários ataques especulativos. Mas Henrique Meirelles, o titular atual, seria menos influente? Brasileiro de Anápolis, herdeiro de pecuaristas, estudou em Harvard e cultivou relações. Presidiu o Bank Boston brasileiro e o global. Foi tido como um dos banqueiros mais próximos de Bill Clinton – talvez o presidente norte-americano mais ligado à oligarquia financeira. No Brasil, transitou por todo o universo político. Elegeu-se deputado federal pelo PSDB, dirigiu o Banco Central sob Lula e assumiu o ministério da Fazenda com Temer.

O butim é farto, mas a crise é funda. Por isso, a disputa no Planalto se agrava. É ela que traga os demais poderes. Todos – Renan, Temer, César Maia, Gilmar Mendes, Aécio, Serra, Alckmin – querem parte dos bônus. Entrega do Pré-Sal às petroleiras estrangeiras. PEC-241-55, para achatá-lo o gasto social e ampliar a transferência de recursos do Estado aos banqueiros. Desmonte da Previdência, que arrasará o INSS e abrirá caminho para os sistemas de aposentadorias privadas, administrados pelos bancos. Em cada PEC, Projeto de Lei, Medida Provisória, tenebrosas transações. Vinte e quatro horas depois de o Palácio do Planalto enviar ao Congresso a PEC-287, que desmantela a Previdência Social, o relator da matéria na Câmara, deputado Alceu Moreira, anunciava já ter preparado parecer favorável à proposta.

“Sou o Flash”, disse com escárnio.

Porém, não há projeto de país. Os que nos exasperávamos com a falta de ideias e criatividade, no período Dilma, enxergamos agora o que é a infertilidade política real. Em nove meses, que mísera ideia o governo Temer apresentou – além do assalto aos

direitos sociais e da entrega do Estado aos particulares? Que originalidade demonstraram o PSDB ou a mídia associada ao golpe?

À falta de futuro, alimentam-se de ódios. Erguem a bandeira da luta contra a corrupção. Em nome dela, querem incapacitar ou prender adversários – desde que tal ação preserve... o atual sistema político, no qual nadarão de braçadas, em seguida! Este punitivismo sem programa acende heróis fugazes. Marco Aurélio Mello tentou ceifar Renan imaginando que se converteria imediatamente em herói de Higienópolis, do Leblon e da mídia. O presidente do Senado trucou: sem ele, para a farra das privatizações. Mídia, Planalto e movimentos o MBL e o Vem Pra Rua enrolaram as bandeiras e puseram-se a negociar com quem tratavam como bandido.

* * *

No cenário de caos para o qual o país regrediu, os direitos sociais parecem ser a chave crucial. Sua devastação divide os golpistas, que disputam o butim. Defendê-los pode unir os que sustentam, além da democracia e da igualdade, a própria ideia de preservar a República – algo a que as elites parecem cada vez mais indiferentes.

Do golpe ao caos – é e tende a ser, por lógica, o caminho dos que impuseram um governo ilegítimo. *Contra o caos, os direitos* – é uma alternativa. As multidões que se reuniram contra o golpe, entre março e maio, articularam-se acima de tudo em torno da ideia de direitos.

Não tinham cor partidária. Reuniam uma galáxia — de velhos militantes a secundaristas; dos movimentos sindicais à luta LGTB; todo o leque de sensibilidades feministas e negras. Estavam unidas pela ideia de que *Outro País é Possível*; de que não suportamos a *normatização* social, política e moral que querem nos impor.

Esta galáxia pode se formar de novo – agora pela defesa dos direitos sociais. Em torno deles, e da ideia de *país solidário* que expressam, é que se pode articular um bloco social amplo e potente – ainda que diverso.

Certas oportunidades não devem ser perdidas. Para 13 de dezembro começam a ser convocadas manifestações que se opõem às políticas de rapina – à PEC 55 e ao desmonte da Previdência, em especial.

No fim de um ano pesado, é preciso reforçá-las. Nelas reside nossa esperança de começar a virada; de acirrar as contradições evidentes entre os que governam contra o país; de abrir caminho para um 2017 respirável.

<http://outraspalavras.net/brasil/do-golpe-ao-caos/>



O Brasil tem que dizer não aos tribunais de exceção

A sociedade brasileira tem que se dar conta de que aquilo que se está pretendendo fazer a partir de uma lei que restringe os direitos e as garantias individuais, é uma coisa que pode estar hoje se voltando contra alguns, amanhã pode se voltar contra todos.

Marco Aurelio Garcia*

Judicialização da política, você já deve ter ouvido mais de uma vez essa expressão que pode parecer um pouco enigmática, o que significa? Significa completamente quando o poder judiciário se mete de forma indevida para resolver problemas políticos que são essencialmente de competências do poder executivo e do poder legislativo. Isto é um fenômeno que ocorre na maioria das vezes quando há crises políticas e sobretudo quando essas crises são agravadas por um crise econômica e social, como é o caso do Brasil hoje. O poder judiciário e os promotores, o chamado ministério público, de uns tempos para cá está tendo um papel muito importante na investigação de fenômenos da corrupção, todos nós devemos dar apoio à investigação da corrupção porém essa investigação não pode fazer fora da lei, ela não pode fazer ferindo o direito e garantias individuais por razão simples: porque ao poder judiciário e ao ministério público compete o resguardo da lei, a proteção dos cidadãos e não criar uma legislação seguindo a cabeça de cada um deles, até porque é o único poder cujo os membros não foram eleitos, o presidente, os governadores e prefeitos foram eleitos em eleições diretas, os parlamentares, deputados, senadores e vereadores também foram eleitos, eles são uma expressão muito mais direta da soberania popular.

Os juízes e promotores entram na carreira por concurso e eles entram fundamentalmente a partir do suposto que são conhecedores das leis e doutrinas, da teoria do estado e que eles têm como função proteger a legislação, fazer com que os atos dos governantes estejam de acordo com a legislação, com a constituição e as demais leis. O que nós estamos assistindo agora é uma exorbitância por parte de alguns juízes, por parte de alguns promotores das suas atribuições a ponto que eles inclusive levaram ao congresso nacional um conjunto de medidas que teriam sido elaborados ou não elaborados, mas consultadas com centenas de milhares até dois milhões de pessoas e que visavam completamente criar uma legislação mais firme e mais sólida do combate à inflação.

O problema que nós estamos enfrentando no momento atual é o seguinte: essas medidas, algumas interessantes e oportunas, necessárias mas algumas outras que ferem a lei. Por exemplo: aí está dito que deve se relativizar o habeas corpus, ele é uma garantia fundamental dos cidadãos contra o arbítrio, outra delas diz que algumas provas mesmo que se for obtida por via ilegal devem ser admitidas no processo. Como que nós podemos admitir que provas ilegalmente estabelecida sejam elementos que vão concretamente pesar na condenação no juízo que o poder judiciário fará sob os cidadãos acusados? Aqui no Brasil, como em toda democracia há um princípio, o princípio é que ninguém pode ser condenado sem provas e todo mundo é inocente até que prove ao contrário. Olha, a politização da justiça é uma consequência muito visível dessa judicialização de política, esses procuradores, alguns visionários, alguns inclusive com comportamentos quase fanáticos e inclusive exorbitando suas funções que não lhes cabe entrar em um debate político nacional, eles têm que manter a sua arbitrariedade, apresentar essas medidas o parlamento aceitou uns e rejeitou outras e agora para a surpresa de todos aqueles que respeitam o estado democrático de direito, esses senhores estão dizendo que ou aceitam as propostas que eles fizeram ou senão eles são capazes até de abandonar a operação lava jato que estaria investigando justamente o caso de corrupção. Isto tem um nome muito claro: isso é chantagem e esse comportamento é um comportamento que não pode ser admitido, nem por membros do ministério público e menos ainda por membros do poder judiciário.

Nós temos que ficar muito atentos para estas questões no sentido de rejeitá-las e mais do que isso, advertir a sociedade brasileira que elas fazem parte de um conjunto de iniciativas que tendem muito mais a criar um Estado de exceção no Brasil, eu não estou dizendo que nós tenhamos esse Estado de exceção, mas me parece evidente que algumas medidas que nos empurram na direção de um Estado de exceção na criação de verdadeiros tribunais de exceção onde o sujeito já entra condenado, como é que se da essa condenação? Se da muitas vezes com fragilidade de provas, onde todo mundo viu aquele show ridículo e absurdo do promotor Dallagnol, no qual sem consistência nenhuma, dizendo que quase não tenho provas mas tenho convicções, se procurava responsabilizar o presidente Lula e outras personalidades da política brasileira por crimes que não estavam em nenhuma lei documentados.

Isso é grave, nós temos vários antecedentes de erros judiciários gravíssimos, mas isso que é mais importante é que não se faz simplesmente a partir de uma espécie de aventura mental de que seria possuídos juízes e eventualmente promotores sobretudo promotores, isso se faz com uma cooperação ativa, atívisima da imprensa brasileira, os meios de comunicação na sua quase totalidade se soma a essa posição sectária, a essa posição conservadora, essa posição autoritária, de membros do poder judiciário e ministério público no sentido de condenar as pessoas, antes do julgamento. Isso faz parte, quero insistir daquilo que se caracteriza como Estado de exceção e esse risco que nós venhamos entrar em um Estado de exceção está cada vez mais presente. As razões são muitas, eu diria que, sobretudo elas estão ligadas à quadra econômica e social política que o Brasil está vivendo. Para colocar em prática, o plano que não foi apoiado pela sociedade brasileira, que não foi votado e que era o oposto daquilo de dois ou três anos atrás que a sociedade escolheu o que está acontecendo é um conjunto de atropelos. Na legalidade baseado na maioria do Congresso Nacional, grande parte dela inclusive acusada de corrupção e que em uma manobra de auto preservação, de auto reprodução tem apoiado completamente as iniciativas do usurpador Michel Temer, que hoje ocupa a Presidência da República. Eu insisto que estas questões são graves, insisto que a sociedade brasileira tem que se dar conta de que aquilo que se está pretendendo fazer a partir de uma lei que restringe os direitos e as garantias individuais e sobretudo de uma ação do Ministério Público e da Justiça que ataca completamente o direito de várias pessoas na vida brasileira, isso é uma coisa que pode estar hoje se voltando contra alguns, amanhã pode se voltar contra a todos.

Quem viveu aqui o período de exceção, aquele que mediu entre 1964 e 1984 sabe muito bem o que isso pode mudar. O que é mais grave com isso eu queria concluir é que está questão, essas políticas, essa intransigência, essa soberba daqueles que dizem inclusive ou aprovam isso ou nós saímos, parece o garoto que diz se o resultado aqui no campinho não for esse eu pego a bola e vou embora. Esses procuradores pensam que são os donos da bola e que eles podem substituir aqueles que foram eleitos pelo voto popular, bem ou mau, eu não tenho nenhum encanto pelos parlamentares que estão hoje no congresso nacional mas se eu quiser tirá-lo eu tenho que tirá-los por eleição. A mesma coisa em relação a outras funções da nossa República mas o que insisto que é grave é que esses juízes e procuradores em sua imensa maioria fazem parte de uma casta de privilegiados da sociedade brasileira, todos os dias nós temos denúncias grotescas, fatos absolutamente absurdos que se multiplicam por exemplo que grande parte desses senhores ganham o dobro do teto permitido no país, o teto permitido é em torno de 34.000,00 reais, tem muitos e muitos juízes promotores que ganham por baixo 70.000,00 em alguns casos 140.000,00 mil, 150.000,00 mil e isso tem sido publicado todos os dias sem falar nos auxílios moradia, auxílio paletó e mais uma série de outras coisas. Mas isso nós vamos ver em outra ocasião, por uma razão muito simples, eu acho que esse país tem que discutir não só essas formas mais convencionais de corrupção, ele tem que discutir a forma mais grotesca de corrupção que é o estabelecimento de privilégios, daqueles que prestam serviços e não dão recibos, daqueles que sonégam impostos, daqueles que ainda não se esqueceram daquele período maravilhoso para eles que foi o período da escravidão. Nós precisamos discutir isso, porque se nós não discutirmos isso haverá uma tentativa de iludir a opinião pública de que os problemas que nós estamos enfrentando se devem aos atos de corrupção, que eu insisto muito claramente tem que ser combatido mas que não estão na essência dos problemas que o Brasil vive. O problema central do Brasil começou a ser enfrentado nos últimos anos e ainda está por ser concluído: é o tema da desigualdade.

* Professor aposentado do Departamento de História da Unicamp e historicamente vinculado à esquerda

<https://www.nocaute.blog.br/brasil/o-brasil-tem-que-dizer-nao-aos-tribunais-de-excecao.html>

Entrevista

Gabas: reforma da Previdência é pacote de maldades

Para ex-ministro, mudanças contidas na PEC 287 atingem os mais pobres e representam "pagamento" do governo a quem financiou o golpe

Vitor Nuzzi

Ministro nos governos Lula e Dilma – deixou o cargo definitivamente em outubro de 2015 –, Carlos Eduardo Gabas concorda com a necessidade de atualização das regras da Previdência Social, mas critica a proposta do governo Temer, como diz, na forma e no conteúdo. "Na forma, porque mandam um pacote de maldades sem conversar com ninguém", afirma, referindo-se à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, apresentada no início da semana e encaminhada ao Congresso, onde já teve parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) – conforme ele mesmo adiantou, autodenominando-se "the flash", pela agilidade no parecer.

E no conteúdo porque não existe um "descontrole" de despesa. "O que há é uma queda brutal de arrecadação. Você não pode, por um problema de arrecadação, tirar direitos. O remédio é crescimento econômico", diz Gabas. Para ele, as PECs 287 e 55, de congelamento de gastos primários por 20 anos, representam o pagamento do governo Temer para quem ajudou a bancar o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff.

Gabas observa que "coincidentalmente, ou não", a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional divulgou terça-feira (6) um relatório destacando R\$ 1,8 trilhão em dívidas a serem cobradas. "Um número até pequeno de contribuintes, cerca de 13 mil, entre empresas e pessoas físicas. Não se fez nenhum esforço até agora para cobrar esse dinheiro, e por um outro lado você está tratando de retirar direitos, que é uma medida permanente que afeta especialmente o trabalhador mais pobre", afirma o ex-ministro.

"Uma quantia pequena ganha o teto, que é R\$ 5.189. A média dos benefícios pagos pela Previdência é de R\$ 1.500, R\$ 1.600. Então, estamos falando de uma parcela pobre da sociedade. Mais de dois terços do conjunto de benefícios, cerca de 34 milhões, é de um salário mínimo", observa. Assim, o governo elabora medidas que, na visão de Gabas, contempla o ponto de vista econômico, com matriz na Fazenda – que, conta, sempre pressionou por reformas –, prejudicando trabalhadores de menor renda. Para ele, por meio do diálogo, sem imposição ou "toque de caixa", era possível encontrar alternativas de financiamento, preservando direitos.

A reforma é necessária, então?

Quando eu falo necessária é de um desafio que a gente enfrenta, que é a transição demográfica. Estamos vivendo mais e envelhecendo. Claro que de alguma maneira precisamos atualizar essas regras. A presidenta, percebendo a necessidade, editou um decreto que convocou o Fórum Nacional do Trabalho e da Previdência Social (*oficialmente, Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social*). Não é só Previdência. O mercado de trabalho influencia a Previdência, tanto nas aposentadorias quanto na sua arrecadação, principalmente. Então, você não pode tratar como uma coisa isolada.

No início deste ano, ainda na gestão Dilma, o governo pretendia encaminhar um conjunto de propostas...

O governo não pretendia encaminhar. Nós vínhamos debatendo, e quem pressionava muito para encaminhar uma proposta, com debate ou sem debate, como sempre, era o Ministério da Fazenda. Joaquim Levy queria muito que mandasse uma proposta para o Congresso. Nós resistimos, a presidenta resistiu, porque entendeu que não era possível fazer uma mexida que alcança grande parte da sociedade, especialmente os mais pobres, sem fazer um debate. Qual é a conta, quem vai pagar a conta. Primeiro, tínhamos de discutir a cobrança das dívidas, o fim das renúncias – a Previdência paga muita conta que não é dela. Ai, depois disso, debater com os trabalhadores quais regras deveriam ser atualizadas. Isso com muita tranquilidade, sem toque de caixa, sem essa pressa toda, que na verdade é para atender ao mercado. A PEC 55, a PEC do fim do mundo, mais a PEC da Previdência, é o pagamento do governo Temer ao golpe, a quem patrocinou o golpe, é uma continuidade dele. Nós dizíamos que, com o golpe, quem vai perder é o trabalhador. Não era à toa. Taí a resposta para o que dissemos lá atrás. É o compromisso desse governo com

as elites, que não querem pagar imposto, que sonegam, que são devedores, mas para resolver o problema de caixa atinge o trabalhador.

A equiparação entre homem e mulher é um dos pontos críticos dessa proposta?

Esse é um deles. Você não pode igualar dessa maneira o tempo de contribuição e idade de mulheres e homens. Nós não temos uma sociedade igual. Vamos dar um exemplo: uma mulher que tiver 44 anos e tenha começado a trabalhar aos 15, está com 29 anos de trabalho, falta um para se aposentar. Ela vai de trabalhar mais 16 anos. Isso é cruel. E mais ainda: a maldade não é só contra as mulheres. Se você observar, a nova regra prevê aposentadoria só aos 65 anos de idade. Tem de ter 25 de contribuição. Mas ela mexe no cálculo da aposentadoria. Não é mais 100% do valor da média, é 51% mais um 1% a cada ano trabalhado e contribuído. Significa dizer que o trabalhador, para ter 100%, para ter sua aposentadoria integral, vai ter de trabalhar até os 65 anos e ter no mínimo 49 anos de contribuição. Isso nenhum país do mundo tem, é muito maior que a média da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*). É botar na conta do trabalhador uma responsabilidade que não é dele, é da crise econômica.

E os outros itens?

Outro ponto que também é bastante cruel são os trabalhadores rurais. A medida que eles propõem praticamente acaba com a Previdência rural. O seguro especial, são pequenos agricultores, propriedades de até quatro módulos fiscais, são responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos do país. Isso, por si só, já é uma contribuição imensa à sociedade, mas não para por aí. Eles contribuem, sim, com a Previdência Social, não é só com a produção de alimentos. A maioria dos alimentos vem da pequena propriedade. A Constituição previu uma política de proteção ao homem do campo. Ao estabelecer a igualdade de idade – hoje o homem do campo, seguro especial, se aposenta aos 60 anos o homem, aos 55 anos a mulher –, foi todo mundo para 65. E mais, ele vai ser obrigado a contribuir mensalmente, igual aos trabalhadores urbanos. Agora, você imagina se isso é viável. Você vai para o sertão do país, tem um camponês lá trabalhando a terra, ele para o trabalho dele para ir determinado dia do mês recolher uma guia da Previdência Social no banco. Primeiro, ele nem sabe o que é, nem vai saber. Segundo, não tem dinheiro para fazer isso. A contribuição dele se dava na medida em que ele comercializava a produção, ou se não diretamente por ele por substituição tributária, quem comprava a produção dele pagava no meio da comercialização. Isso não vai valer mais. Ele vai ser obrigado a contribuir todo mês, ou não vai se aposentar. Por isso que, na minha avaliação, é o fim da aposentadoria rural.

Outro aspecto é o BPC/Loas (*Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social*), que é pago a idosos e deficientes, pobres. Hoje é pago aos 65, eles elevam para 70 anos. Isso vai dificultar muito a vida de quem já sofre. E um outro aspecto: todas as aposentadorias e pensões passam a pagar contribuição à Previdência. Para quem já é aposentado, já é uma redução de salário. E (*a proposta*) desvincula tanto BPC/Loas quanto as pensões do salário mínimo. Uma senhora que é casada com um aposentado, que recebe salário mínimo, fica viúva, vai receber metade do salário mínimo. Hoje, com a regra atual, não é possível, ninguém ganha menos que um salário mínimo. Eles tiraram essa previsão legal e pode ter benefício menor. Então, ataca, afronta, os direitos do trabalhador. É uma medida que tenta resolver uma crise econômica às custas do trabalhador.

Leia a entrevista completa:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/12/gabas-reforma-da-previdencia-e-pacote-de-maldades-7294.html>



Xadrez das 10 Questões para entender o Supremo

Luís Nassif

Como um cidadão normal, razoavelmente informado, analisaria nossa Suprema Corte.

Questão 1 – como o Supremo conseguiu esquecer que uma ordem sua foi desrespeitada e manteve Renan Calheiros no cargo de presidente do Senado?
Resposta - Através de uma gambiarra do inflexível Celso de Mello, o decano que se tornou o mais inflexível dos Ministros do Supremo mas que, também, não é de ferro. Seu argumento jabuticaba foi que Renan permaneceria no cargo, mas não poderia se habilitar à sucessão presidencial.

Em palavras mais vulgares, "com camisinha, pode".

Questão 2 – por que o Supremo avalizou o golpe contra uma presidente eleita e refugou ante o presidente do Senado?

Resposta – Porque o presidente do Senado tinha nas mãos a definição da urgência da Lei do Abuso de Autoridades e dos salários acima do teto. E Dilma tinha nas mãos o Ministro José Eduardo Cardozo. Pela mesma razão que um transeunte bate o pé ante um poodle, mas não ante um pitbull. E também porque não queriam atrapalhar a tramitação da PEC 55 e da reforma da Previdência.

Uma terceira hipótese, mais banal, é que amarelaram ao se defrontar com o poder de fato.

Questão 3 - como o Ministro Luís Roberto Barroso compatibilizou seu apoio à PEC 55 – que a Globo apoia e cuja tramitação poderia sofrer solução de continuidade com o afastamento de Renan – com a condenação do gesto de Renan – que a Globo também condena?

Resposta - Simples. Fora da sessão, deu uma declaração bombástica à imprensa contra Renan. Na sessão, absteve-se de votar, alegando suspeição (o advogado da Rede em tempos longínquos trabalhou no seu escritório). Ficou com a Globo na condenação retórica à Renan e na abstenção, para não haver risco de quórum a favor da liminar.

Questão 4 – como o Supremo, que analisava o decoro de Renan, não recebendo um oficial de Justiça, trata do decoro de Gilmar Mendes atacando violentamente um colega?

Resposta – Hipotecando solidariedade retórica ao colega e não avançando em nenhuma providência legal contra o agressor, dessas bem óbvias, como denunciar Gilmar por quebra de decoro, ou por suspeição, ao avançar opinião em processos que caberia a ele julgar.

Questão 5 – como o Supremo conseguirá compatibilizar sua preocupação em acatar a voz das ruas, com sua retórica de não se deixar influenciar pela voz das ruas e, ao mesmo tempo, atender aos reclamos das ruas?

Resposta – Com um discurso vazio da presidente Carmen Lúcia, do qual a mídia extrairá uma frase de efeito, dando destaque em manchete e, ao mesmo tempo, evitando dar o discurso na íntegra para não estragar a construção da imagem da grande tribuna. Infelizmente, Carmen Lúcia não recorreu nenhuma vez à falácia da falsa dicotomia: ou Justiça ou guerra; ou guerra ou paz. E outras frases de grande repercussão, como o crime não vencerá a Justiça, onde um juiz for destrutado, eu também sou; Independência ou Morte – perdão, o brado não é dela.

Questão 6 – como os doutos Ministros diferenciaram o caso Eduardo Cunha do caso Renan Calheiros, o primeiro perdendo o cargo e o mandato e o segundo sendo mantido?

Resposta – a desculpa foi que Eduardo Cunha estava criando dificuldades para as investigações e Renan – que se recusou a receber o oficial de Justiça com a intimação – não.

Questão 7 – o que o Procurador Geral da República Rodrigo Janot quis dizer com a reiteração da frase de que “pau que dá em Chico dá também em Francisco”?

Resposta – Que “pau que dá em Lula dá também em Luiz Ignácio”. Porque Chico e Francisco se referem à mesma pessoa, do mesmo modo que Lula e Luiz Ignácio, entenderam? Ficaria fora de lógica dizer que “pau que dá em Lula dá também em Aécio”, ou Serra, ou Alckmin, porque são pessoas distintas. Não entenderam? Não faz mal: o que importa é bola na rede.

Questão 8 – o que os doutos Ministros teriam a dizer das demonstrações públicas e explícitas de intimidade entre o juiz Sérgio Moro e possíveis réus da Lava Jato, como Aécio Neves?

Resposta – eles são jovens e têm direito de se confraternizar.

Questão 9 – porque até hoje o Supremo não analisou o mérito do impeachment, respondendo à ação proposta (tardamente, como é de seu hábito) pelo ex-Advogado Geral da União José Eduardo Cardoso?

Resposta – Porque consideraram não haver o *periculum in mora*, ou seja, perigo em demorar a tomar uma decisão. Revogação da Constituição de 1988, mudança do modelo institucional, guerra entre poderes, crise econômica, avanço do estado de exceção, PM soltando bombas, invadindo igrejas, são fatos do cotidiano. Afinal, como diz o ilustre iluminista Luís Roberto Barroso, o novo normal é o estado de exceção.

Questão 10 – porque esse Xadrez faz blague e não leva o Supremo a sério?

Resposta – Eles que começaram.

<http://jornalgn.com.br/noticia/xadrez-das-10-questoes-para-entender-o-supremo>

Saída democrática é o único caminho para a estabilidade

Laura Carvalho*

Em entrevista ao "Valor Econômico" no dia 18/11/2016, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga assumiu uma posição realista sobre a falta de perspectivas de retomada da economia brasileira. "A tragédia da história é que o governo não tem condições políticas para entregar soluções imediatas. Essa é uma equação que não fecha", lamentou.

Na terça-feira (6), após a decisão da mesa do Senado de desafiar a liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) para manter Renan Calheiros na presidência, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) relatou que recebeu ligações de "gigantes do mercado perguntando se já não é hora de deixar o Brasil".

O caos institucional e político parece mesmo estar eliminando o que restava de esperança na retomada da economia em 2017. Mesmo para os mais otimistas, começa a ficar claro que o impeachment forjado por um grupo de líderes parlamentares para "impedir a investigação de crimes por eles praticados" criou um desequilíbrio estrutural e uma rebanização do Brasil, para usar as palavras do ex-ministro do STF Joaquim Barbosa em sua entrevista a esta Folha em 1º/12.

No entanto, como ressaltou Barbosa, "a partir de um determinado momento, sob o pretexto de trazer estabilidade, a elite econômica passou a apoiar, aderiu".

Pode-se considerar, portanto, que são duas as peças que levaram à formação do bloco responsável pelo caos atual. De um lado, o objetivo de boa parte do sistema político de salvar-se da Operação Lava Jato e outras investigações criminais. De outro, o desejo de boa parte da elite econômica do país de salvar-se dos custos da maior crise econômica da história recente, impondo-os sobre o restante da sociedade.

Michel Temer assume o governo com a condição de manter o bloco coeso, comprometendo-se tanto com a aprovação de reformas estruturais e a não elevação de impostos quanto com o estancamento da sangria causada pelas investigações. Poucos meses depois, com a crise econômica agravada e os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo ministros e lideranças parlamentares, o bloco afastou qualquer possibilidade de contar com o respaldo da sociedade.

Na tentativa de salvá-lo da desintegração completa, o governo ainda tenta evitar a perda de apoio das elites econômicas garantindo-lhes a aprovação da PEC do Teto, de uma reforma da Previdência draconiana e de um conjunto de medidas de transferência de renda para o setor empresarial. O mote da negociação para a permanência de Renan na presidência do Senado baseou-se nos mesmos dois pilares: a sangria deve ser estancada para que as reformas sejam aprovadas.

O que os sócios do poder insistem em não perceber é que os dois pilares que sustentam o governo Temer estão condenados a desmoronar, já que aprofundam o abismo entre o sistema político e a sociedade brasileira. A opinião pública levanta-se tanto contra o salvamento dos políticos investigados quanto contra a aprovação de reformas antidemocráticas.

Só mesmo eleições diretas dariam fim à turbulência e à suspeição sobre as instituições brasileiras.

A solução para a instabilidade política, institucional e econômica que se aprofunda desde o impeachment deve apelar do poder os que querem apenas salvar-se das investigações e abrir mão de aprovar reformas sem um amplo debate com a sociedade. Resta saber se, dessa vez, as elites econômicas do país estarão dispostas a pagar algum preço pela democracia.

*Professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC)

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2016/12/1839479-saida-democratica-e-o-unico-caminho-para-a-estabilidade.shtml>

Análise

Militância democrática

Silvio Caccia Bava*



Acreditávamos ter consolidado a democracia, por isso a questão da reforma política era discutida nos marcos de uma institucionalidade, de regras do jogo que permitiriam anunciar propostas como a de um plebiscito por meio do qual a vontade popular pudesse se manifestar e influir no processo decisório, abrindo espaço para a realização de uma Constituinte independente para a reforma do sistema político. A aspiração era aperfeiçoar o sistema político no sentido de lhe atribuir maior legitimidade e representatividade graças à participação cidadã.

No entanto, o campo político conservador endureceu seu discurso e quebrou a institucionalidade democrática para impor seu programa máximo, sem negociações com a sociedade. A exclusão dos trabalhadores, das mulheres e dos negros na composição do governo Temer é um recado: o programa do governo é o da destituição de direitos em favor de uma maior acumulação rentista.

Na situação atual, todos os avanços e conquistas sociais inscritos na Constituição de 1988 estão sendo atacados e destruídos. Os golpistas violam nossas instituições e as controlam, colocando-as a serviço do retrocesso. Hoje, os direitos sociais são vistos por muitos como abusivos, como privilégios de poucos contra os interesses da maioria.

O financiamento empresarial de campanhas eleitorais em 2014 teve como resultado o controle do Congresso pelo grande capital. Pouco mais de dez grandes grupos empresariais elegeram cerca de 70% dos parlamentares, que constituíram bancadas de defesa de interesses privados. A maioria que aí se configurou obedece às orientações neoliberais e impõe uma dura agenda de ajustes na economia, o Estado mínimo do ponto de vista das políticas de proteção social, as privatizações e o desmonte do ainda incipiente Estado social. Entre seus propósitos está o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho, isto é, a promoção do desemprego e o congelamento dos salários e das aposentadorias, com a conseqüente perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

As eleições municipais deste ano só vieram confirmar a onda conservadora. As maiorias – o que inclui amplos setores dos trabalhadores – expressaram sua insatisfação com o sistema político votando nulo ou em branco, ou deixando de comparecer às eleições. E os que foram votar optaram pelos partidos de direita. Há um descontentamento fermentando na população que, no entanto, não pode ser confundido com uma direitização geral da sociedade. O caso de São Paulo ilustra essa situação. João Dória se elegeu com 32% do total de votos, aí incluídos brancos, nulos e abstenções; 68% não votaram nele.

O golpe é o fim do pacto da Nova República. A direita dá combate aberto às oposições sociais e políticas, criminaliza os movimentos sociais, prende suas lideranças, ataca a liberdade de expressão, planta grampos de escuta e aumenta o controle. É o fim das garantias de que nossos direitos serão respeitados. A forma como o Estado tem tratado as ocupações das escolas secundárias ou os conflitos nas favelas demonstra isso. Sem mandato judicial e caracterizando estudantes e moradores de favelas como vândalos e bandidos, ou como militantes de partidos de esquerda, a polícia entra, bate, expulsa, prende e acusa esses cidadãos e cidadãs de atentarem contra a ordem e as instituições e mesmo contra os interesses das maiorias, referindo-se aos estudantes que estariam sendo privados de assistir a suas aulas.

Na ausência de diálogo e de negociação por parte dos governos, as instituições democráticas se esvaziam de importância, restando aos cidadãos e cidadãs a postura da resistência democrática e a desobediência civil.

A militância democrática se reúne por todo o Brasil buscando compreender a natureza das rupturas políticas e identificar os novos caminhos para enfrentar o governo sem voto e as mudanças que ele promove, cerceando gastos públicos e direitos adquiridos e consagrados na Constituição de 1988. São muitos milhares de pessoas que estão participando de debates, de reuniões, saindo do estado de choque provocado pelo impeachment e buscando novas formas de militância democrática.

Os golpistas querem uma sociedade a serviço do mercado, mobilizada para maximizar seus lucros. E esse modelo de sociedade se choca com o paradigma da democracia e do respeito aos direitos humanos que, bem ou mal, convivia com a lógica do mercado no período anterior.

Entre muitos dos militantes democráticos há um consenso de que a prioridade não é mais a negociação no plano da política institucional, olhando para o governo e o poder consolidado. A prioridade passa a ser o trabalho na sociedade civil, a disputa de valores ético-políticos, a análise crítica das políticas de governo, o trabalho de formação política, a articulação das múltiplas vozes que se organizam na defesa de direitos. A questão da reforma política se põe em novos termos, desta vez entendida como um processo, que pode ser longo, que vem de baixo para cima, a partir das organizações e movimentos sociais existentes em cada território.

Não existirá uma vitória sobre o golpe sem o desenho de uma nova institucionalidade política. A resistência democrática terá de apresentar sua face propositiva, bebendo de experiências nacionais e internacionais, para propor novas instituições e mecanismos que permitam aos brasileiros e brasileiras superar este momento autoritário.

É preciso estimular a solidariedade, a confiança e a cooperação entre distintos atores: por exemplo, o apoio sindical às ocupações das escolas secundárias, bem como a apresentação e o debate nas Igrejas das ocupações feitas pelos jovens. As manifestações mais radicais de resistência democrática vêm de novos atores, novos movimentos organizados nos territórios, coletivos feministas, autonomistas, que recusam a tutela de partidos políticos.

*Diretor e editor-chefe do *Le Monde Diplomatique Brasil*<http://diplomatie.org.br/editorial.php?edicao=114>

Frente Brasil Popular

Carta de Belo Horizonte aponta rumo para o próximo período da FBP

Plenária reuniu mais de 350 militantes de 100 organizações de 24 Estados



Crédito: Lidyane Ponciano/Sind-UTE MG e CUT Minas

Carta de Belo Horizonte

Primeira Plenária Nacional Frente Brasil Popular

Passados seis meses do ato de violência que consumou a deposição da presidenta Dilma Rousseff e deu posse a um presidente sem voto, o país vê agravados todos os problemas econômicos e sociais, e caminha para o caos e a convulsão. Todos os campos da economia estão deteriorados, a começar pelo setor industrial, o mais sensível às crises econômicas, que, entre nós, já transita da recessão para a depressão.

O PIB encolheu 2,9%, numa sequência de dez meses consecutivos de queda, e fecharemos o ano com uma retração econômica de 3,4%. Os investimentos caíram 29% e o BNDES reduziu seu desembolso em 35%. Nenhum setor da economia está respondendo aos paliativos governamentais.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE), o desemprego em dezembro é de 12%, e tende a continuar em alta. Hoje estão desempregadas 12 milhões de pessoas e a indústria paulista trabalha com nova leva 150 mil desempregados em 2017.

Paralelamente o governo aposta na desnacionalização da economia e investe de forma criminosa na desestruturação da indústria petrolífera brasileira e um de seus alvos é a Petrobras, patrimônio de nossa nacionalidade.

A federação se esfaca com a falência de Estados e municípios, com todas as suas consequências como a maior deterioração dos serviços públicos, notadamente de saúde, educação e segurança pública, além do atraso dos salários de seus servidores. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, três dos Estados mais ricos da federação, já declararam 'situação de calamidade financeira'.

Em vez de enfrentar os problemas encontrados - resultado de séculos de depredação capitalista - o governo ilegítimo os aprofunda e leva o país a uma grave crise política, ao ponto mesmo da degradação institucional e da falência administrativa. Em meio a um estado de acefalia, está instalada uma crise de Poderes, que prenuncia o esgotamento da ordem política fundada com a Constituição de 1988. Avança um estado de exceção, antipopular, antinacional e antidemocrático, que restringe direitos de defesa, ameaça lideranças políticas, dirigentes de movimentos populares e o presidente Lula. O processo democrático, conquistado com tanta luta pela resistência popular à ditadura militar, está ameaçado. Cumprir nos preparar para construção da nova ordem, democrática e popular.

Parte de nossa luta deve estar voltada para a formulação de um Projeto de Brasil que se anteponha ao quadro atual, retomando o desenvolvimento, a distribuição de renda, o combate às desigualdades sociais, a defesa da economia nacional e a defesa da democracia. Esse Projeto de Brasil deve ser o resultado de amplo debate nas bases sociais, de sorte que dele possa participar o maior número de brasileiros.

Confiamos na capacidade de luta da classe trabalhadora brasileira, para, por meio das suas centrais sindicais, organizar a resistência aos ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, construindo a greve geral.

Em toda e qualquer hipótese, a alternativa que se coloca para o povo brasileiro é sua presença nas ruas. Foi a mobilização popular que em plena ditadura, conquistou a Anistia; foi a presença de nosso povo nas ruas que construiu a campanha das Diretas Já e assegurou a convocação da Constituinte.

Somente a unidade das forças progressistas e populares, pode resistir aos ataques à democracia e ao mesmo tempo construir força política para implementar um programa de desenvolvimento econômico, social e político; somente nossa unidade pode enfrentar e derrotar o atual governo e as forças econômicas do atraso que o controlam. Só o voto popular pode superar essa crise político-institucional e apontar para uma nova ordem político-social no interesse da Nação, do povo e da democracia, viabilizando as reformas estruturais no país.

A FBP avalia, em um balanço de suas atividades, que cumpriu o papel a que se destinara na sua criação, reunindo reflexão e práxis, mas se destacando em seu papel de aglutinação das forças de resistência ao golpe e agora ao governo Temer. Diante dos desafios interpostos pela conjuntura, a FBP convida todos os brasileiros a se integrarem no processo de construção da II Conferência Nacional a realizar-se no próximo ano.

Bandeiras Políticas:

1) Contra o Golpe, Fora Temer e Diretas Já;

2) Nenhum direito a menos:

- Em defesa do emprego, saúde, educação dos salários;
- Em defesa dos direitos sociais (com protagonismo: LGBT, mulheres, negros e negras);
- Contra: PEC 55, Reforma da Previdência e Terceirizações;

3) Em defesa das liberdades democráticas e contra o Estado de Exceção;

- Direito do Lula ser candidato;
- Contra os abusos do judiciário e do Ministério Público;
- Contra a criminalização dos movimentos e da luta popular;
- Contra o genocídio da juventude negra;
- Contra o avanço do conservadorismo;

4) Por uma Reforma Política que amplie a participação e a democracia popular e propagandear a Constituinte como um horizonte estratégico

5) Defesa da soberania:

- Defesa das estatais e bancos públicos, contra a privatizações;
- Defesa das riquezas nacionais em especial a terra, petróleo a energia elétrica, minérios, água e biodiversidade;

Belo Horizonte, 7-8 de dezembro de 2016.

<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/carta-de-belo-horizonte-aponta-rumos-para-o-proximo-periodo-da-fbp-9f11/>



Dirigentes bancários participam de curso de formação sindical



A CUT Brasília, em parceria com o Sindicato dos Bancários de Brasília (Seeb), realizou curso de formação sindical para dirigentes bancários. O curso aconteceu no último final de semana (3 e 4 de dezembro) e partiu da necessidade promover a formação política e sindical CUTista para aperfeiçoar a ação junto às bases.

No curso, os bancários puderam entender um pouco mais sobre organização sindical e nos locais de trabalho e história da CUT, luta de classes, estrutura bancária, conjuntura política-econômica e muito mais.

A secretária de Formação da CUT Brasília, Nilza Cristina, afirma que os cursos fazem parte da política da CUT de atender as especificidades de cada entidade filiada. Anteriormente, já foram realizados cursos similares aos dirigentes e militantes dos sindicatos dos trabalhadores nos Correios e em Telecomunicações. Em breve, serão realizados outros cursos com demais sindicatos.

“Temos que preparar permanentemente nossos dirigentes sindicais para a organização da classe. Mais do que nunca, diante dessa crise e dos ataques incessantes aos direitos e conquistas sociais, precisamos de pessoas aptas para a luta. A formação política dá as pessoas a oportunidade de entenderem melhor o meio em que vivem. Temos que realizar ainda mais cursos e, assim, fortalecer a luta por direitos”, afirma.

“Este foi o primeiro curso para os bancários e a nossa meta é formar todos os delegados sindicais. É fundamental os cursos de formação para analisarmos a atual conjuntura política e, principalmente, fortalecer nossa organização de base”, afirma a diretora do sindicato dos Bancários, Teresa Cristina.

<http://www.cutbrasil.org.br/site/dirigentes-bancarios-participam-de-curso-de-formacao-sindical/>

Fetec-CUT/CN participa da Conferência da UNI Américas na Colômbia

Evento reúne representantes dos trabalhadores do setor de serviços das Américas do Sul, Central e do Norte, para discutir a conjuntura e propor ações conjuntas



A Federação dos Bancários Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) está participando da 4ª Conferência Regional UNI Américas 2016, que começou nesta quarta-feira 7 em Medellín, na Colômbia, e vai até a sexta-feira dia 9. A UNI Américas é o braço americano da Union Network Internacional (UNI), que representa mais de 20 milhões de trabalhadores do setor de serviços (incluindo o sistema financeiro) em todo o mundo. Na foto, durante a plenária de abertura, o presidente da Fetec-CUT/CN, José Avelino, ao lado de Victor Baez, secretário-geral da Central Sindical das Américas (CSA), e de Luis Alejandro Pedraza, presidente da Central Unitária dos Trabalhadores da Colômbia (CUT).

“É muito importante que os trabalhadores de todos os setores discutam seus problemas comuns e tracem planos de ação conjuntos para fazer frente à ofensiva mundial do grande capital neoliberal para restringir direitos trabalhistas e conquistas sociais dos nossos povos”, afirma José Avelino, presidente da Fetec-CUT/CN, que participa da Conferência em Medellín.

O encontro, que recebeu o título “Vamos juntos companheir@! Com seu querer e a minha vontade”, foi precedido pela Conferência das Mulheres, da Juventude e das Finanças da UNI Américas, realizada entre 4 e 6 de dezembro, paralela à 4ª Conferência da UNI Américas Finanças, que teve a participação de 46 delegados e observadores, além de 32 convidados de 20 entidades sindicais de 14 países das Américas.

A Conferência aconteceu com a cidade de Medellín ainda envolta no clima de emoção em razão da queda do avião que transportava a equipe da Chapecoense ocorrido há uma semana no município, quando 71 pessoas morreram.

UNI propõe Chapecoense campeã mundial

Philip Jennings (foto ao lado), o coordenador da UNI Mundial, fez um pronunciamento emocionado na abertura da 4ª Conferência. “A Chapecoense, que ia disputar a final do campeonato, foi designada campeã da Copa Sul Americana de Futebol. Eu proponho que a Fifa também declare campeã do Torneio Mundial Interclubes a Chapecoense do Brasil”, disse Jennings, sob aplausos dos mais de 600 delegados e observadores das três Américas que participam da Conferência.



<http://www.feteccn.com.br/noticia/fetec-cutcn-participa-da-conferencia-da-uni-americas-na-colombia/>

Os 10 melhores vídeos da TV Boitempo

Neste post, selecionamos 10 vídeos que tiveram bastante repercussão e que de alguma forma expressam a variedade do conteúdo produzido semanalmente em nosso canal, que inclui desde gravações integrais de seminários, debates e palestras promovidas pela editora, passando por cursos completos com nossos autores e colaboradores, reflexões pontuais em forma de "drops" tanto sobre assuntos atuais quanto sobre temas-chave na tradição crítica, até "booktrailers" e conteúdo sobre nossos livros (além de selecionarmos entrevistas de destaque com nossos autores na imprensa). Seja bem-vindo!

Inscreva-se em

https://www.youtube.com/channel/UCzfw0utuEVxc4D6ggXcqjQ?sub_confirmation=1

1. O que é racismo estrutural? **Comentário de Silvio Luiz de Almeida**
 2. O impeachment de 1992 e o golpe de 2016 **Debate com Alysson Mascaro, Carina Vitral, Ciro Gomes e Marcio Pochmann**
 3. Relações interraciais e a solidão da mulher negra **Por Djamilia Ribeiro**
 4. Ideologia e política no último Lukács **Aula Magna com José Paulo Netto e Ronaldo Vielmi Fortes**
 5. Alfabetização urbana: "Cidade é luta de classes!" **Comentário de Ermínia Maricato**
 6. O **Manifesto Comunista**, de Marx e Engels **Aula magna de Chico de Oliveira**
 7. Como pensar a classe trabalhadora hoje? **Reflexão de David Harvey**
 8. Liberdade e a sociedade da vigilância **Mensagem de Julian Assange aos leitores da Boitempo**
O homem que amava os cachorros, de Leonardo Padura
Booktrailer do premiado *thriller* histórico sobre o assassinato de Trotsky
 9. **Sociologia marxista da religião** **Curso completo com Michael Löwy**
- <https://blogdaboitempo.com.br/2016/12/07/os-10-melhores-ideos-da-tv-boitempo/>

17 DEZ

FORMOSA-GO



SINDICALISMO E SUSTENTABILIDADE

um caminho possível

Apoio Promoção

Seminário Mulher: Diálogos sobre Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência

Data: 13 a 15 de dezembro

Local: Senado Federal

Público: legisladores; representantes dos setores público e privado; entidades do movimento organizado de mulheres e organismos internacionais.

O seminário, que faz parte da programação dos 16 Dias de Ativismo, é uma realização da Procuradoria da Mulher e do Observatório da Mulher, no âmbito do Senado, e da Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, com apoio do Grupo Banco Mundial e da ONU Mulheres.

As inscrições podem ser feitas na internet, no endereço

www.seminariomulheresnopoder.com.br



João Vicente tinha 7 anos, mas se recorda bem da noite do dia 31 de março de 1964, quando uma agitação diferente tomou conta dos corredores da Granja do Torto, uma das residências oficiais do presidente da República. Telefonemas, cuidados especiais e, na manhã do dia seguinte, malas arrumadas para uma viagem que parecia ser curta. Nada de brinquedos. Nem da pompa que cercava os deslocamentos da família. O avião também não era o da Força Aérea Brasileira (FAB). Viajaram para Porto Alegre ele, a irmã Denize e a mãe Maria Thereza. Depois para São Borja e só então para o Uruguai, destino da família após o golpe que depôs o patriarca, João Goulart, presidente eleito do Brasil, e mergulhou o país numa ditadura que duraria mais de 20 anos. A história do exílio dos Goulart, vista de dentro, pelo seu filho mais velho e companheiro de viagem e de vida, é contada neste "Jango e eu", que será lançado em dezembro pela editora Civilização Brasileira.

No livro, João Vicente relembra todos os passos da família, reconstrói diálogos de Jango em casa, com os amigos e políticos que iam visitá-lo, conta como era o dia a dia dele e da irmã, que precisaram aprender uma nova língua, frequentar uma nova escola, fazer novos amigos e se habituar ao clima frio do Uruguai e à distância da família e amigos que ficaram no Brasil.



BOLETIM INFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Cleber Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

**Boletim Informativo da Secretaria de Formação
FETEC-CUT/Centro Norte**

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 - Bairro Jardim
Aclimação - Cuiabá - MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

